Mostra Científica

FACULDADE CATHEDRAL

ÉTICA NA ERA DIGITAL: Os desafios éticos da advocacia e a responsabilidade profissional na era da IA e da proteção de dados.

Meirejane Carneiro Lima Cavalcante
Acadêmica do curso Bacharel em Direito
meirejanecavalcante@gmail.com

Luiz Fernades Machado Mendes
Coordenador do curso Bacharel em Direito

O presente estudo aborda os impactos da transformação digital no exercício da advocacia, especialmente diante da crescente utilização da inteligência artificial e do tratamento de dados pessoais no ambiente jurídico. A pesquisa tem como objetivo analisar os desafios éticos e as responsabilidades profissionais do advogado na era digital, identificando os deveres, limites e mecanismos de governança exigidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e pelos princípios deontológicos da profissão. A problemática central consiste em compreender como compatibilizar o uso de sistemas de inteligência artificial e o tratamento de dados pessoais com os deveres de sigilo, lealdade, diligência e responsabilidade profissional previstos no Estatuto da Advocacia, no Código de Ética e Disciplina da OAB, no Provimento n.º 205/2021 e na Lei Geral de Proteção de Dados. O método utilizado foi qualitativo, exploratório e bibliográfico, fundamentado na análise de legislação, doutrina nacional e internacional, diretrizes de organismos reguladores, estudos comparados e casos concretos envolvendo o uso inadequado de ferramentas de IA na advocacia, com destaque para situações de “alucinação algorítmica”, vieses automatizados e riscos à proteção de dados. A pesquisa também empregou interpretação sistemática das normas jurídicas e análise comparativa de modelos regulatórios estrangeiros, como o AI Act europeu. Concluiu-se que a inteligência artificial não elimina nem reduz a responsabilidade do advogado, permanecendo indispensável a supervisão humana sobre sistemas automatizados, sobretudo para assegurar a veracidade das informações produzidas, a preservação do sigilo profissional e a proteção dos direitos fundamentais dos clientes. Verificou-se ainda que a adoção de boas práticas de governança tecnológica, políticas internas de compliance digital, capacitação contínua e mecanismos de transparência constitui medida essencial para harmonizar inovação tecnológica e ética profissional. Assim, a advocacia contemporânea deve incorporar os avanços tecnológicos sem abdicar dos princípios estruturantes da profissão, preservando a confiança pública e a função social indispensável à administração da justiça.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial. Ética Profissional. Advocacia Digital. Proteção De Dados. Responsabilidade Profissional.